

VOTO Nº 370/2024/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA

Processo nº 25351.811647/2024-96

Expediente nº 1199545/24-4

Área responsável: Gerência-Geral de Gestão de Pessoas (GGPES)

Relator: Antonio Barra Torres

Analisa solicitação de afastamento do país, para participação em evento de capacitação individual intitulado "*Public Heath Congress on Maritime Transport and Ports 2024: Innovations in infectious disease control and occupational*", em Nápoles, Itália.

RELATÓRIO E ANÁLISE

1. Trata-se de solicitação de afastamento do país, para capacitação individual com custeio de inscrição, passagens, diárias e seguro viagem, para participação das servidoras Mariana Rebello Pereira e Noemi Melo Cabral, dados abaixo, no "***Public Heath Congress on Maritime Transport and Ports 2024: Innovations in infectious disease control and occupational health***" que será organizada pela ***European Scientific Association for Health and Hygiene in Maritime Transport.***

Matrícula	Servidor	Cargo	Lotação
1449262	Mariana Rebello Pereira	Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária	CFPAF/GGPAF
1568636	Noemi Melo Cabral	Especialista em Regulação e Vigilância	COVIG/GGPAF

2. A capacitação está está programada para os dias **18/10/2024 e 19/10/2024**, com a carga horária total de **16 horas**, na modalidade **presencial**, em Nápoles, Itália, conforme Termos de Referência (SEI 3103357 e 3119559).

3. Conforme os termos de referência, o Congresso trata de um tema central da atividade desempenhada pela GGPAF: a fiscalização de portos e embarcações, controle de surtos e inovações na navegação saudável. A organizadora do evento é referência no tema de vigilância sanitária de portos e embarcações. Este Congresso proporcionará oportunidades de troca de informações com profissionais e instituições de outros países sobre melhores práticas e atividades inovadoras no segmento de vigilância sanitária de portos e embarcações, bem como os resultados da atuação em portos e embarcações no resto do mundo.

4. Considerando o disposto no Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, o afastamento se dará com ônus para a Anvisa, com a seguinte despesa estimada:

DESPESA ESTIMADA		
MODALIDADE	Presencial	
PI	CAPACIT e VIAGCAPACIT	
	Valor Unitário	Valor Total
Inscrição	R\$ 2.400,00	R\$ 4.800,00
Diárias	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Passagens	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
Seguro viagem (em caso de viagem internacional)	R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 11.400,00	R\$ 22.800,00

5. Já a Instrução Normativa nº 21/2021, que estabelece orientações aos órgãos do SIPEC quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da PNDP, conceitua a ação de desenvolvimento, capacitação ou treinamento regularmente instituído como a atividade de

aprendizagem estruturada para impulsionar o desempenho competente da atribuição pública em resposta a lacunas de performance ou a oportunidades de melhoria descritas na forma de necessidades de desenvolvimento, realizada em alinhamento aos objetivos organizacionais, por meio do desenvolvimento assertivo de competências.

6. De acordo com a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas - GEDEP, a ação proposta tem aderência ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas 2024, conforme competência prevista para as unidades de lotação das servidoras: "**executar ações de vigilância em saúde, considerando o escopo das atividades em PAF, as competências da Anvisa e os requisitos legais**", cuja necessidade de desenvolvimento é "**nivelar conhecimento técnico interno para aprimorar e desenvolver habilidades em vigilância em pontos de entrada**".

7. O Decreto nº 9.991/2019, legislação aplicável para fins de capacitação de servidores públicos federais, que "dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento" foi editado, dentre outros normativos legais, sob a ótica da **necessidade imperativa de investir em recursos humanos** para formar profissionais capacitados e atualizados para o desempenho de suas funções. Em seu art. 3º foram definidas as finalidades da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a consecução de seus objetivos institucionais, como se observa em seu art. 3º, *in verbis*:

Art. 3º Cada órgão e entidade integrante do SIPEC elaborará anualmente o respectivo PDP, que vigorará no exercício seguinte, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais.

§ 1º O PDP deverá:

I - alinhar as ações de desenvolvimento e a estratégia do órgão ou da entidade;

II - estabelecer objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento;

III - atender às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e

futuras;

IV - nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência;

V - preparar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos ao órgão ou à entidade;

VI - preparar os servidores para substituições decorrentes de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e da vacância do cargo;

VII - ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores;

VIII - acompanhar o desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional;

IX - gerir os riscos referentes à implementação das ações de desenvolvimento;

X - monitorar e avaliar as ações de desenvolvimento para o uso adequado dos recursos públicos; e

XI - analisar o custo-benefício das despesas realizadas no exercício anterior com as ações de desenvolvimento.

§ 2º A elaboração do **PDP** será precedida, preferencialmente, **por diagnóstico de competências.**

§ 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se diagnóstico de competências a identificação do conjunto de conhecimentos, habilidades e condutas necessários ao exercício do cargo ou da função.

8. Ainda, os procedimentos para afastamento do país e participação em missões internacionais pela Anvisa estão dispostos na Portaria nº 1.345/ANVISA, de 30 de julho de 2019, conforme segue:

Art. 4º Para solicitação de participação em missão internacional, modalidade Capacitação no Exterior, além do cumprimento das exigências e dos requisitos definidos em norma específica que trata sobre capacitação, são necessários:

I - indicação da forma como o servidor designado pretende disseminar o conhecimento adquirido na capacitação em sua unidade e em outras potencialmente interessadas;

II - envio do processo administrativo devidamente instruído à unidade de gestão de pessoas para

manifestação acerca da pertinência e adequação do tema da capacitação às atividades do(s) servidor(es) designado(s) e da compatibilidade com o planejamento orçamentário de capacitação de servidores;

III - envio do processo administrativo à Coordenação de Missões Internacionais da Assessoria de Assuntos Internacionais (Comin/Ainte) para exame e providências a seu encargo; e

IV - submissão do processo ao Diretor responsável pela unidade de gestão de pessoas para avaliação e inclusão em pauta de deliberação da Diretoria Colegiada.

9. Ademais, na Anvisa a competência para autorizar o afastamento do país de servidor para a participação em missão internacional, em qualquer das modalidades, é da Diretoria Colegiada nos termos dos incisos X e XI do art. 11 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e do Diretor Presidente, *ad referendum* da Diretoria Colegiada, nos termos do inciso IV do art. 13 do Decreto nº. 3.029, de 16 de abril de 1999.

10. Por fim, esclarecida a motivação da proposta, a relevância e os benefícios da participação no evento, considerando que o processo está instruído com a documentação necessária, conforme estabelecido na legislação vigente afeta ao tema e contém as devidas aprovações da capacitação pelas instâncias gestoras, prossiga-se à deliberação da Diretoria Colegiada.

VOTO

11. Diante do exposto, considerando a relevância do tema da ação de capacitação, voto pela **APROVAÇÃO** do afastamento das servidoras Mariana Rebello Pereira e Noemi Melo Cabral, para participação no "**Public Heath Congress on Maritime Transport and Ports 2024: Innovations in infectious disease control and occupational health**", nos dias 18/10/2024 e 19/10/2024, em Nápoles, Itália.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**, em 05/09/2024, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3150351** e o código CRC **DA40F616**.

Referência: Processo nº
25351.811647/2024-96

SEI nº 3150351